

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JU**  
**FACULDADE DE ENGENH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AM**

**Ariele Aparecida Pires Dom**

**A Contribuição do IPPLAN no Planejamento Ur**  
**Sistema Municipal de Áreas V**

**A Contribuição do IPPLAN no Planejamento Urbano**  
**Sistema Municipal de Áreas Verdes**

Dissertação  
Pós-graduação  
PROAC da  
de Fora com  
do título de  
Área de  
Ambiente d

Ficha catalográfica elaborada através do programa de  
automática da Biblioteca Universitária da UFPA,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Domingos, Ariele Aparecida Pires .  
A Contribuição do IPPLAN no Planejamento Urbano  
de Forquilha/PA : Sistema Municipal de Áreas Verdes / Ariele  
Pires Domingos. – 2024.  
88 p. : il.

Orientador: Klaus Chaves Alberto  
Coorientadora: Sabrina Andrade Barbosa  
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade  
de Forquilha, Faculdade de Engenharia. Programa de Pós-  
Graduação em Engenharia de Ambiente Construído, 2024.

**Ariele Aparecida Pires Dom**

**A Contribuição do IPPLAN no Planejamento Ur  
Sistema Municipal de Áreas V**

Dissertação  
Pós-gradua  
PROAC da  
de Fora com  
do título  
Construído  
do Ambient

Aprovada em 22 de novembro de 2024

**BANCA EXAMINADOR**

Prof. Dr. Klaus Chaves Alberto -  
Universidade Federal de Juiz

Juiz de Fora, 22/11/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Klaus Chaves Alberto, Coordenador(a)**, em 22/11/2024, em Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Andrade Barbosa, Usuário Externo**, em 22/11/2024, em Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wagner Barboza Rufino, Usuário Externo**, em 29/11/2024, em Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Ferreira Colchete Filho, Professor(a)**, em 29/11/2024, em Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)), informando o código verificador **2076711** e o código CRC **08569C96**.



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a oportunidade de conclusão de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES  
Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pe

Ao orientador Prof. Dr. Klaus Chaves Alberto  
Sabrina Andrade Barbosa pela dedicação, paciência e

À Elione e Raquel, funcionárias do Arquivo Hist  
pelo eficiente trabalho

Ao prof. Dr Jorge Arbach, por ceder materia  
dissertação.

A todos os entrevistados que contribuíram com

Ao meu filho amado, Miguel, por tanto carinho e

Aos meus familiares e amigos que me apoia  
etapas da minha vida.

## RESUMO

O Instituto de Pesquisa e Planejamento de Juiz de Fora, criado em 1964, sob gestão do prefeito municipal Mello Reis, por meio do Decreto Municipal nº 1.000, de 1964, financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, teve como principal objetivo a elaboração de um Plano Diretor Municipal. Para compreender a importância que o órgão teve na cidade de Juiz de Fora, utilizou-se o uso de fontes primárias, bibliográficas e documentos. Durante o processo, havia lacunas que deveriam ser preenchidas. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com antigos funcionários do instituto. Desse método teve grande relevância, uma vez que através dele foi possível a construção de um histórico do instituto, relatando brevemente sua trajetória que o criou, apresentando alguns projetos que foram elaborados pelo Instituto Municipal de Juiz de Fora. O objetivo deste trabalho é apresentar o papel que o IPPLAN e o Sistema Municipal de Áreas Verdes desempenharam no Plano Urbano da cidade de Juiz de Fora. Esse projeto considerou a importância da utilização do potencial paisagístico da cidade, pois necessitava de uma crescente urbanização. O Sistema Municipal de Áreas Verdes foi dividido em duas atuações: Parques de Preservação e Parques de Recreação (Parques de Recreação e Vizinhança). Esse sistema representou avanços no planejamento urbano da cidade de Juiz de Fora.

## **ABSTRACT**

The Juiz de Fora Research and Planning Institute (IPPLAN) was created in 1964, under the management of the mayor Mello Reis, through the Urban Planning Program, financed by the International Bank for Reconstruction and Development, in order to understand the importance that the agency had in the city's urban planning. In primary sources, bibliographical documents and legislative acts, there were still gaps that needed to be filled. For this purpose, a series of semi-structured interviews with former IPPLAN employees was conducted. This was highly relevant, since, together with the other sources, it was possible to institute, briefly reporting the trajectory of the mayor who was in office at the time, in a summarized form, some projects that were found in the archives of the City of Juiz de Fora and it was possible to locate a copy of the Urban Planning System Project. The main objective is to understand the role that IPPLAN had on the urban planning of Juiz de Fora. For this purpose, the Urban Planning System (SMAV/JF) was highlighted since the project, which was not found in bibliographies. This project consisted in the use of the city's landscape potential, since at that time there was an increasing urbanization. The Municipal Green Areas, Urban Preservation Parks and Recreation Parks (Sectoral Urban Planning System) encountered some political obstacles but represented an important part of the urban planning of the city of Juiz de Fora. Through this research,

## LISTA DE FIGURAS.

- Figura 1 – Localização do Município de Juiz de
- Figura 2 – Distância entre Juiz de Fora e Capital
- Figura 3 – Organização político administrativa d
- Figura 4 – Campanha para prefeito Mello Reis..
- Figura 5 – Promessa de Centros Comunitários..
- Figura 6 – Avenida Barão do Rio Branco - década
- Figura 7 – Avenida Barão do Rio Branco em 19
- Figura 8 – Construção do Mergulhão.....
- Figura 9 – Inauguração do Mergulhão, junho de
- Figura 10 – Vista do Mergulhão construído, em 1
- Figura 11 – Horto Florestal Municipal José Nager
- Figura 12 – Represa do Poço D'antas
- Figura 13 – Vista aérea Mata do Krambeck delim
- Figura 14 – Desenho Parque da Lajinha
- Figura 15 – Projeto Parque da Lajinha
- Figura 16 – Legenda do Projeto Parque da Lajinh
- Figura 17 – Vista aérea do Parque da Lajinha - a
- Figura 18 – Bondes guardados no Parque da Laj
- Figura 19 – Projeto Parque Várzea da Leopoldina
- Figura 20 – Mirante Salles de Oliveira, em 2018
- Figura 21 – Monumento do Cristo, em 2018
- Figura 22 – Trecho do parque em 2008
- Figura 23 – Gravura do Museu Mariano Procópio
- Figura 24 – Vista parcial do Parque Museu Maria

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1	Materiais IPPLAN/JF Arquivo Histórico
Quadro 2	Entrevistas realizadas.....
Quadro 3	Cronologia Diretores do IPPLAN.....
Quadro 4	Demanda de áreas de Parque de Vizir

## LISTA DE ABREVIATURAS

AMPAR	Associação de Municípios da Microrregião
APA	Área de Proteção Ambiental
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução
BNH	Banco Nacional da Habitação
CPM	Cidade Porte Médio
COMPCAP	Companhia de Melhoramentos da Cidade
CNPU	Conselho Nacional de Política Urbana
DPGE	Diretoria de Planejamento e Gestão
DEMLURB	Departamento Municipal de Limpeza
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
II PND	2º Plano Nacional de Desenvolvimento
IPPLAN	Instituto de Pesquisa e Planejamento
PGT	Plano Geral de Transportes
POLI	Plano Integrado de Desenvolvimento
FNDU	Fundo Nacional de Apoio ao Desenvolvimento
FUNALFA	Fundação Cultural Alfredo Ferreira La

SMAV/JF	Sistema Municipal de Áreas Verdes c
UAS	Unidades de Administração de Subpr
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

## SUMÁRIO

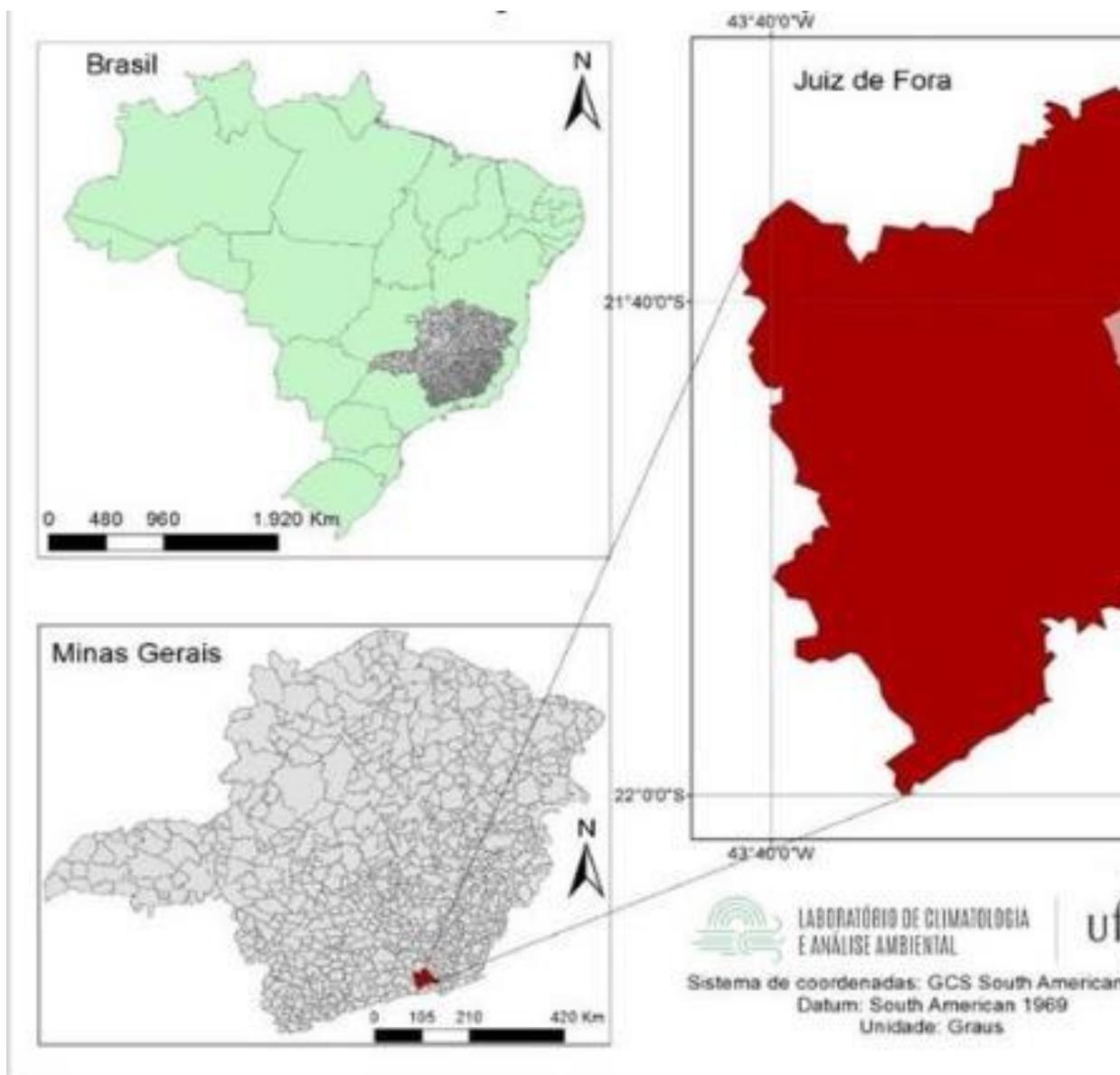
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	
<b>1.1.1 Recorte Espacial</b> .....	
<b>1.1.2 Recorte Temporal</b> .....	
1.2 OBJETIVO .....	
1.3 METODOLOGIA .....	
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	
<b>2. PROGRAMA CIDADE PORTE MÉDIO – CPM/BIR</b>	
2.1 PROGRAMA CIDADE PORTE MÉDIO – CONTI	
2.2 PROGRAMA CIDADE PORTE MÉDIO – SUBPR	
<b>3. IPPLAN</b> .....	
3.1 PREFEITO MELLO REIS .....	
3.2 UM BREVE HISTÓRICO DO IPPLAN .....	
3.3 PROJETOS DO IPPLAN/JF .....	
<b>4. SISTEMA MUNICIPAL DE ÁREAS VERDES DE JU</b>	
4.1. CONCEITO, JUSTIFICATIVA, OBJETIVO E ME	
<b>4.1.1 Fundamentação</b> .....	
<b>4.1.2 Objetivo</b> .....	
<b>4.1.3 Metodologia do SMAV/JF</b> .....	
4.2 PARQUES DE PRESERVAÇÃO .....	
<b>4.2.1 Fazenda do Poço D’Anta</b> .....	
<b>4.2.2 Fazenda Floresta</b> .....	
<b>4.2.3 Fazenda Santa Cândida</b>	

## 1. INTRODUÇÃO

As cidades são espaços socialmente construídos que sofrem constante modificação devido a sua dinâmica social. Essa dinâmica influencia diretamente no planejamento urbano, estimulando e ocasionando um novo modo de vida aos cidadãos. Milner (2008), em suas formas de organização do espaço, afirma que “[...] a cidade (ou a cada novo momento do mesmo modo de produção e funcionamento do espaço” (SANTOS, 2008, p.148). A concepção de cidade é baseada na concepção do espaço como um produto histórico que existe articula o presente e o passado, pelo tempo (SANTOS, 2008). Neste contexto, o planejamento urbano é indispensável para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida nas cidades. Em um cenário de crescimento urbano acelerado e impactos ambientais crescentes, a necessidade de uma abordagem inovadora para o planejamento das áreas urbanas torna-se cada vez mais urgente.

Juiz de Fora, uma das principais cidades do estado de Minas Gerais, não está isenta desses desafios. Localizada na Zona da Mata de Minas Gerais, próxima ao Rio de Janeiro (Figura 1). Tem sido, pois presenciou, no período imperial, a criação de fábricas e a expansão do Território e Mercantil de Minas Gerais e o Crédito Real. No período republicano, a primeira hidrelétrica da América do Sul foi construída em Juiz de Fora.

Figura 1 - Localização do Município de



Fonte: Clarice Cassab e Liliam Souza, 2022. Disponível em [https://www.researchgate.net/figure/com\\_fig1\\_32867563](https://www.researchgate.net/figure/com_fig1_32867563) A

Pela sua localização e distância entre as principais cidades do Brasil, além sua importância regional nos setores comercial e industrial de Juiz de Fora, na década de 1970, foi inserida no Programa de Desenvolvimento Regional financiado Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Figura 2 - Distância entre Juiz de Fora



Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora. Disponível em:

[https://www.pjf.mg.gov.br/turismo/conheca/como\\_chegar.p](https://www.pjf.mg.gov.br/turismo/conheca/como_chegar.p)

Dessa forma Juiz de Fora recebeu recursos e a cidade  
fosse reestruturada. A partir desse objetivo, em 1977, pela Lei nº 1.000,  
de 29 de dezembro, pelo qual se organizou o Instituto de Planejamento  
Juiz de Fora (IPPLAN), cujo modelo, segundo Bastos (2008), foi baseado no  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

da estrutura urbana por meio do estabelecimento de planos diretores.

A criação do IPPLAN representou um importante planejamento em Juiz de Fora, sob sua vigência foram elaboradas leis e leis que contribuíram para ações urbanísticas na cidade. Um dos projetos que foram elaborados sob vigência do IPPLAN é o Sistema de Áreas Verdes, que foi um programa de utilização de áreas verdes com o objetivo de estabelecer funções para cada área verde, de preservação, demanda de recreação e lazer da população. O projeto surgiu da necessidade de um equilíbrio entre a urbanização e a preservação ambiental a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população.

Apesar de sua importância, ainda há poucas pesquisas acadêmicas sobre este instituto e, especialmente, desta iniciativa. O IPPLAN é citado em livros e artigos, porém essas citações referem-se ao projeto de áreas verdes. A autora Luciane Tasca o menciona nos artigos: “Projeto de áreas verdes e a implantação de um shopping em Juiz de Fora, MG” (2003) e “Região Regionais Contemporâneas: Juiz de Fora e as novas dinâmicas urbanas” (2003). Também menciona o IPPLAN no livro “Influência” (2019) e no livro “Percursos Urbanos da Malha Urbana de Juiz de Fora: Obras de 1938 ao Plano Diretor de 2018” (2022). A autora também faz alguns apontamentos ao órgão no artigo “Juiz de Fora e a Dinâmica Regional Contemporânea” (2003) e no artigo “Juiz de Fora na atual economia mundializada” (2011). O

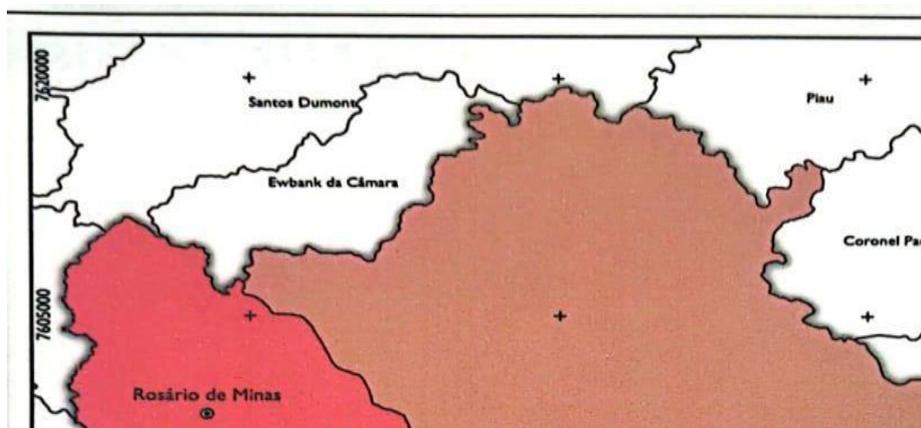
### 1.1.1 Recorte Espacial

O IPPLAN atuava em todo o município que na  
Fora (distrito sede) e os distritos: Rosário de Minas,  
assim o recorte espacial usado será o município de Ju  
para fins didáticos, é necessário distinguir os termos  
Veiga:

Cidade, também chamada de dist  
administrativa municipal, correspon  
central, com maior adensamento po  
maior concentração de pessoas de  
p.62).

Dessa forma, o município engloba não apenas  
territórios rurais. Esses territórios recebem o nom  
entendimento segue a Figura 3 que contém a Organiz  
Juiz de Fora, em 1976.

Figura 3 - Organização político administrativa



### 1.1.2 Recorte Temporal

O recorte temporal dessa dissertação será de IPPLAN até o ano de 1983, que marca a saída do prefeito escolhido uma vez que os projetos encontrados no acervo datam dessa época. No entanto ainda serão acompanhados o projeto do Sistema Municipal de Áreas Verdes.

## 1.2 OBJETIVO

O presente trabalho possui como objetivo compreender o IPPLAN e o Sistema Municipal de Áreas Verdes tiveram na cidade de Juiz de Fora.

## 1.3 MÉTODO

Este trabalho priorizou a consulta às fontes devido à escassez de fontes bibliográficas sobre a história do projeto aqui abordado. A primeira etapa descreve a localização dos documentos do IPPLAN/JF. Com quem é responsável por guardar seus arquivos? Conversando com de Oliveira Machado<sup>4</sup> descobriu-se que o Arquivo é responsável por guardar o seu material. Porém esse material não está organizado e arquivado, estava em caixas de papelão sem clara identificação. Assim, realizamos a identificação dos assuntos e títulos.

Projeto de acesso rodoviário à Nova Rodovia BR-040 ENECON S/A – Projetista – vol. 1
Siderúrgica Mendes Júnior (atual Belgo Mineira): Diário Mercantil de 29/08/1977 início das obras Programação para os convidados O papel da siderúrgica no desenvolvimento de uma M (Gal. Alfredo A. da Silva) Correspondências alusivas ao assunto
Concorrência para elaboração do plano diretor da Zo detalhes e objetivos
Código Tributário
Centro Esportivo Regional de Juiz de Fora (entre os l São Pedro e Borboleta): Projetos de terraplenagem, arquitetura e execução
DEMLURB
Ponte Pedro Marques (na Av. Rio Branco sobre o Rio Paraibuna) – alargamento
Novo Parque Halfeld: Anteprojeto Rosa Grena Kliass
Conjunto habitacional Jockey Club: COHAB – MG – Execução P/JF “Águas Pluviais”
Projeto de estabilização da encosta do morro do Cris Redentor (obra parcialmente executada) - Geotécnica Projetista
Fábrica Bernardo Mascarenhas Levantamento planimétrico cadastral
Planta do bairro Teixeiras, envolvendo os terrenos de Lourdes José Bueno, que foram desapropriadas para implantação do “Parque da Lajinha” e da abertura da Deusdedit Salgado (ligação com a nova BR-040), alé alargar (duplicar) a Av. Guadalajara (acesso ao aeror

8)Melhoria do sistema de transporte e tráfego urbano
9)Implantação do sistema de fomento à pequena e microempresa.
10)Melhoria das feiras livres e implantação da Rede de Abastecimento
Av. Barão do Rio Branco: Urbanização, projeto elétrico, mergulhão, paisagismo
Obras de ligação: bairro Santo Antônio a Retiro (Morro Boiada)
Secretaria de Educação – Departamento de Esportes
Parque Municipal da Lajinha
SSM – Secretaria de Serviços Municipais
Calçamento de rua
Análise preliminar sobre a criação da Coordenadoria de Memória de Juiz de Fora – IPPLAN
Obras de extensão da rede de energia elétrica e iluminação pública de Juiz de Fora – resumo – CME/CEMIG Projeto adotada
Obras de extensão da rede de energia elétrica e iluminação pública de Juiz de Fora – resumo
Realizações na Vila Olavo Costa
Revistas e jornais diversos

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Ainda sobre as fontes de época, foram consultadas revistas que fornecessem informações sobre o objeto, também foi consultado no acervo do Arquivo Histórico Cultural Alfredo Ferreira Lage - FUNALFA.

Além disso foi realizada uma revisão bibliográfica

cuidado. O pesquisador deve manter uma intenção mesmo contendo opiniões pessoais é necessário que de estudo. O autor Meihy acrescenta que:

Por partir de um assunto específico a história oral se compromete com o entrevistador sobre algum assunto portanto, é direta. A hipótese de trabalho é testada com inconsistência e o roteiro é explicito que conte das perguntas (MEIHY, 2011, p. 162)

O uso do método de História Oral foi importante em contato com alguns atores que trabalharam no órgão e Ao identificar esses atores, foram realizadas entrevistas consiste na utilização de um roteiro previamente seguimos o que Triviños relata:

(...) a entrevista semiestruturada questionamentos que são apoiados relacionam ao tema da pesquisa. A o surgimento de hipóteses a partir o foco principal seria colocado p (TRIVIÑOS, 1987, p. 146)

Lúcia Coutinho	Geógrafa	1991 a 1995
Murilo Queiroz	Engenheiro	1991 a 1993
Jorge Arbach	Arquiteto	1977 a 1987

. Fonte: Elaborada pela autora, 2024

O roteiro das entrevistas assim como o Termo de Esclarecimento encontra-se nos apêndices desta dissertação.

Por meio dessas entrevistas conseguimos evidenciar o relato do entrevistado nos relatando acontecimentos que foram registrados.

Outra contribuição que tivemos através de cópias de materiais do IPPLAN que estavam no acervo. Esses nos foi gentilmente emprestado, aumentando a pesquisa. Um exemplo importante é o projeto do Sistema de Saneamento que o prof. Dr. Jorge Arbach além de nos emprestar a cópia das informações e conhecimentos sobre o projeto.

Para fundamentar os dados coletados nas entrevistas foram utilizados documentos legislativos. Para isso foi usada a plataforma Legislação Municipal de Juiz de Fora/MG (JF Legis), s

e permitir uma precisão dos fatos históricos e de seu contexto histórico, social, e político e urbanístico.

#### 1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Essa dissertação está dividida em 4 capítulos. O primeiro capítulo, introdução, apresenta um panorama geral do tema, o recorte espacial, recorte temporal, objetivo e metodologia.

No segundo capítulo é abordado o Programa CPM/BIRD, no contexto nacional. Como subcapítulo é abordado o programa no contexto do subprojeto Juiz de Fora. Este capítulo situa o contexto daquele programa que surgiu o IPPLAN.

No terceiro capítulo é apresentado o IPPLAN. Para compreender o órgão é necessário historiar seu principal ator: o ex-presidente Carlos Reis. Os diretores do órgão são citados a fim de mostrar a trajetória do IPPLAN. Este capítulo também apresenta a trajetória do órgão em forma de ficha analítica. Contudo é importante esclarecer que não se pretende descrever todos os projetos que o IPPLAN participou, apenas aqueles que foram citados nas entrevistas e encontrados nos arquivos.

O quarto capítulo aborda o projeto de Sistema de Informação desenvolvido pelo IPPLAN. A ciência sobre esse projeto é baseada em uma entrevista com o professor Dr. Jorge Arbach que tinha participado do projeto.

- Parque da Lajinha, Parque Halfeld, MU Leopoldina<sup>6</sup>.

b) Parques de Vizinhança (também conhe

Por fim, nas considerações finais será aprese  
importância que o Planejamento Urbano e o Sistem  
realizados pelo IPPLAN tiveram sobre a cidade de Jui

## **2 PROGRAMA CIDADE PORTE MÉDIO – CPM/B**

Neste capítulo, dividido em duas seções, é apresentado o Programa Cidade Porte Médio – CPM/BIRD. Na primeira seção foram descritos os objetivos e as fases do Programa. Na segunda seção, é apresentada a experiência do Programa em Juiz de Fora - Subprojeto Juiz de Fora. Foi através desse subprojeto que o Programa Cidade Porte Médio - Subprojeto Juiz de Fora. Foi através desse subprojeto que o Programa Cidade Porte Médio - Subprojeto Juiz de Fora.

### **2.1 PROGRAMA CIDADE PORTE MÉDIO – CONTEXTO**

O Programa Cidade Porte Médio - CPM/BIRD foi um programa governamental que visava promover as cidades médias da rede urbana nacional. Os objetivos eram combinar políticas regionais e fazer com que estas cidades atuassem no sistema urbano para o crescimento econômico. Segundo o autor, o golpe militar representou um ponto de inflexão, porém a formalização que havia se iniciado nos governos da República foi interrompida pelos militares e institucionais anteriores a 1964. A instituição que, quatro meses após o golpe, foi estabelecido o Programa de Ação Governamental – PAEG, o qual, de acordo com o autor, abordava a questão urbana. Além disso, foram criados o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDESP e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFH.

Nos primeiros anos após o golpe militar, de acordo com o autor, as instituições disputavam a liderança na definição ideológica da política urbana. O autor relata que as atividades do BNDESP e do

política de desenvolvimento nacional – que destacou as cidades e locais importantes para a concretização das estratégias.

O CPM surgiu da importância atribuída às cidades como resultado desse processo histórico em nível federal. Foi criado no momento entre 1976 e 1979, quando era conhecido como “Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio” (STEINBERGER; BRUNA, 2001) e era gerido exclusivamente pelo governo brasileiro.

Logo após esse período, entre os anos de 1980 e 1986, foram criadas outras vertentes, passando a ser chamado de “Projeto Cidades de Porte Médio” ou CPM/BIRD, com intervenção do Banco Mundial. O projeto estendeu até 1986 (NUNES, 2020). A vertente CPM/BIRD foi criada pelo governo brasileiro e o Banco Mundial em 1978, sendo o primeiro projeto em 1977. Em maio de 1979, o Banco Mundial entregou ao governo brasileiro a “Recomendação” (BIRD, 1979) com o propósito de estabelecer quais os principais investimentos seriam direcionados para as cidades, além de realizar um estudo abrangente sobre a economia e o potencial de crescimento como nação. Foram estabelecidos procedimentos para diversas cidades brasileiras, avaliação e supervisão de projetos, tomadas medidas para envolver diversas agências e instituições locais.

Na prática, a intervenção do BIRD se baseou na

(35% provenientes do BIRD e 35% do seu próprio orçamento) e municípios contribuía com os 30% restantes, proveendo recursos junto ao BNH.

O CNDU selecionou oito cidades para participar do projeto, pois demonstravam potencial de crescimento e exerciam influência em suas respectivas regiões, atuando como centros de serviços e prestadores administrativos para estados, cidades de fronteira e cidades com características. Essas cidades também apresentavam crescimento populacional e econômico, possuíam capacidade administrativa e executar projetos, além de terem manifestado interesse em participar (NUNES, 2020). As cidades selecionadas foram, Florianópolis, Curitiba, Grande, Natal, Pelotas, Montes Claros, Petrolina/Juazeiro do Norte, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população dos habitantes, em especial dos pobres urbanos.

Na década de 1970, as iniciativas de desenvolvimento urbano no Brasil eram focadas em setores específicos - transporte, saneamento, saúde pública - e voltadas para as regiões metropolitanas. O CPM/BIRD foi a primeira operação urbana multisetorial, sendo também a primeira a envolver cidades de porte médio e grande, em um momento em que o Brasil estava implementando um programa de desenvolvimento às regiões metropolitanas e cidades de médio porte.

funcionários; Sistemas de abas  
Infraestrutura de saneamento com  
de enchentes através de sistemas  
transporte urbano baratas; Ser  
(Nenes,2020).

Ainda segundo NUNES (2020) orçamentos e in  
ricas de dados que ajudam a compreender os mov  
Programas Nacionais. Recursos significativos do BNF  
sido utilizados em aplicações de desenvolvimento ur  
anos, com uma variedade de origens visíveis, quase  
1979, o FNDU atuava como principal financiador dire  
investimentos provenientes de diversas fontes, inclui  
FNDU não foi eliminado durante a reestruturação  
transferido para o MINTER, e fundos adicionais design  
e desenvolvimento urbano foram adicionados à dim  
relata que:

Após 1979, a execução do orçame  
da Secretaria Geral do MINTER  
implantação do Programa Naci  
Subsecretaria de Desenvolvemento  
Especificamente para o Programa M  
2,3% do total de recursos em 1981  
p.83)

desse ano foi encontrada à custa da “Coordenação do  
A função, em 1976, com menor investimento da União  
urbano. Esta tendência persistiu nos anos seguintes.  
que:

Em 1976, pela primeira vez, o MIN  
à categoria Coordenação de Des  
recurso de Cr\$ 20.000.000237. Ac  
CPM, a SEPLAN-PR passou a se  
pesquisas em habitações urbanas p

O programa, que dependia de empréstimos ex  
nacional, refletia as crenças do regime militar na política  
Programa CPM mostrava que o planejamento foi utiliz  
interferir na política urbana local devido ao seu vínculo  
visava transformar a política urbana brasileira, concent  
porte.

Em comparação com o BIRD, o CNDU e o SDU  
abrangente que abordava questões específicas da org  
rede urbana nacional, bem como preocupações partilh  
entre ambas as organizações.

Em relação ao BIRD, os subcomponentes f  
critérios quantificáveis que representavam caract

cada área, uma vez que as vantagens urbanas estão v  
Sendo assim, examinar os programas governamentais  
ponto de vista urbano - regional é crucial para compre  
no âmbito da política, das instituições e dos domínios

De acordo com Soares (2000), as experiências  
década de 1960 são interpretadas no contexto de um p  
foi marcado pela institucionalização do planejame  
(re)construção. Este processo foi viabilizado com aaju  
Planeamento, e culminou no CNPU. Pouco tempo an  
Política Urbana mais integrados à política de desen  
identificaram as cidades médias como um local-ch  
estratégias de desenvolvimento.

Ao assumir a presidência da república, o  
necessidade do controle do desenvolvimento urban  
qualidade de vida da população. Segundo Nunes (2  
alguns jornais de ampla circulação nacional e técn  
cidades de porte médio como alternativa e eleme  
desenvolvimento urbano.

A dinamização das cidades médias foi realiz  
conforme relatório “Conquistas do Governo Geisel (19  
que informava:

[...] primeiro, como uma necessidade de desenvolvimento, e segundo, como uma necessidade de profissionais, certa “sincronia intelectual” na década de 1960. De certa forma, essa necessidade caracterizou toda uma geração que atuavam no campo do planejamento urbano e atuaram em instituições governamentais (FARIA, 2011, p. 45)

Dois órgãos foram responsáveis pela gestão, consequentemente, do Programa Nacional. A SEPLAN atuou de 1979 até 1986, e o MINTER, de 1979 até 1986. A SEPLAN centralizar o planejamento no Governo Federal e teve seu plano, o Miniplan. Já a atuação do MINTER, desde sua criação, é descrita por Benicio Schimidt (1983) como responsável por políticas relacionadas às questões urbana e regional. A importância da SEPLAN-PR na formulação das políticas urbanas é um pouco arriscado argumentar que o Minter atuou nas políticas urbano-regionais”. (FARIA, 2011, p. 55).

A primeira iniciativa organizada de planejamento urbano foi a constatação das disparidades regionais no Brasil, com a fundação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (1980) acrescenta a necessidade de tratar os problemas de planejamento regional, a autora afirma que os planos regionais têm a essência “[...] concentrar-se no planejamento de um

1) era hierarquizado, de modo que os fundamentos para qualquer ação de planejamento na escala intrarregional apresentassem homogeneidade quanto aos aspectos econômicos da região, não distinguindo a cidade; 3) deveria ter por finalidade o progresso econômico de determinada região submetido com a utilização básica dos recursos humanos”, necessitando, para tanto, de uma territorialização da região, estreitamente articulada (BRUNA, 1980, p. 98-99).

Ao mesmo tempo que abriu a discussão para a economia nacional, a relação entre o planejamento e vários governantes envolvidos na política urbana e o desenvolvimento do planejamento urbano-regional mostrou as cidades médias como componentes críticos do desenvolvimento regional (IPEA, 1973). A cidade e o Órgão, exigindo soluções complexas. Faria (2011) a

[...] a cidade já não é vista como determinante desse desenvolvimento, mas como um elemento deixado de ser tomada no âmbito do planejamento em termos de uma rede ou de malha mais dinâmica e mais abrangente. Na prática, as linhas gerais de ação de coordenação de programa e projeto regional do Programa de Capital

As cidades de porte médio cum distensão – modernizante e conser um ponto de vista racional, o govern a amenização da pobreza” (NUNES

Um dos objetivos do CPM/BIRD, de acordo promover as atividades econômicas nas cidade assistência técnica a empresas pequenas e informa algumas cidades específicas que fariam parte dos su serviu como apoio para os subprojetos de cada acrescenta que essas cidades foram uma exper reformulação do PNCCPM, em vigor de 1975 a 198 Florianópolis, Juiz de Fora e Natal foram elaborados papel do CNDU executá-los.

Estes projetos serviriam como ponto de partid parceria com Estados e Municípios, os subprojetos o padrões estabelecidos pelo BIRD. Portanto, é importa componentes das atividades econômicas nessas três promovidas pelo BIRD, visando incentivar a atividade prestação de assistência técnica, treinamento de pes industrial para beneficiar as pequenas empresas inform

As cidades de Florianópolis, Juiz de Fora e

cooperativo de pesca e promover cooperativas e oportunidades de emprego para a comunidade residente em áreas agrícolas. No caso de Florianópolis, Nunes (2020) relembra que mereceu atenção especial. Essa cidade, que cresceu a uma taxa de cerca de 4% ao ano, era considerada um centro comercial. Esse subprojeto, ainda segundo Nunes (2020) propunha a melhoria do esgoto de Florianópolis, protegendo as lagoas como áreas de pesca de camarão e dando ênfase aos investimentos em bairros de alta pobreza. O plano de desenvolvimento visava especializar a cidade em um centro de serviços para o comércio.

De acordo com Diário Mercantil (1979b) em 1979, em 1979 de Natal sobreviviam com uma renda igual a um quinto da média. O plano de desenvolvimento da cidade tentou resolver problemas de infraestruturas básicas aos seus residentes de baixos rendimentos e a maioria dos problemas de saúde. De acordo com Nunes (2020) do BIRD de excluir as cidades de tamanho médio e de baixa renda viverem – ricas ou pobres – é indicada pela atenção dada ao componente sobre a Promoção de Atividades Econômicas e desenvolvimento urbano. Esta abordagem, para Nunes (2020), visava a resolver os problemas decorrentes do processo de urbanização. Esta interpretação da função das cidades médias era diferente da do CNPU e mesmo assim a função das cidades médias até 1979 era articular

execução física mais práticas do ponto de vista do CPM. A partir daí, é possível observar que a Administração Municipal de médio porte como tendo características que exigem controle e implementação da programação planejada.

Por conta das exigências feitas pela CPM, o processo de institucionalização contínua. Para compreender a evolução das décadas de 1970 e 1980, é preciso compreender o desaparecimento, a partir de 1986, levante a questão do funcionamento do CPM são apropriados num ambiente de uma experiência intrigante. Vale ressaltar que apesar do Programa, é possível observar que a sua existência foi marcada e notoriedade do campo do planejamento urbano.

## 2.2 PROGRAMA CIDADE PORTE MÉDIO – SUBPROJETO

Como explanado anteriormente, o Banco Internacional de Desenvolvimento (BIRD) e o Ministério do Interior (MI) criou o Centro de Porte Médio (CPM), que incluía Juiz de Fora. Em maio de 1979, o CNPU escolheu oito cidades para serem beneficiadas do Projeto BIRD/CPM por terem concluído a preparação completa. Conforme já mencionado, Juiz de Fora foi uma das

Uma das exigências para que Juiz de Fora firmasse o CPM, segundo Machado (2024), era que a administração tivesse um planejamento. Sendo assim, em dezembro de 1977, o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Juiz de Fora - O IPPJ, responsável pela pesquisa, foi responsável por toda a implementação e inserção do município no programa, segundo o Diário Oficial de Juiz de Fora através de um estudo elaborado pelo IPPLAN intitulado "Análise de Diagnóstico". Neste estudo foram avaliados os seguintes dados:

- a) características gerais e situação;
- b) demografia e mão de obra;
- c) aspectos setoriais da economia;
- d) potencial sócio/econômico da cidade;
- e) infraestrutura urbana e de serviços;
- f) dimensionamento e características dos projetos em relação com os projetos;
- g) plano de desenvolvimento da cidade e o plano de desenvolvimento da cidade em habitação, transporte, educação, lazer e recreação, distribuídos nas seguintes categorias:
  - I - Infra – Estrutura Social e Serviços: Projetos que abrangiam a extensão do lazer e recreação.
  - b) Serviços Municipais: Coleta e Distribuição de Lixo, Vias e limpeza de ruas.

central, a construção do Distrito Industrial e o acesso possibilitou uma comunicação com o campus universitário e o aumento do valor dos bairros habitacionais da região.

Devido as várias transformações que estavam ocorrendo com o objetivo de ter um equilíbrio entre o processo urbano e ambiental, elaborou o Sistema Municipal de Áreas Verdes. Com a utilização das áreas verdes municipais, estabelecendo regras atendendo aspectos de preservação, demanda de recreação e pretendeu proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população. Fora.

### **3. IPPLAN**

Nesta secção será apresentada a atuação de Antônio Mello Reis, um importante personagem dentro sob sua gestão que o órgão foi criado. Em seguida o histórico do IPPLAN que vai desde sua criação até sua são apresentados, em forma de ficha, alguns projetos no Arquivo Histórico Municipal como também em com entrevistas.

#### **3.1 PREFEITO MELLO REIS**

Francisco Antônio Mello Reis foi um importante a prefeitura da cidade entre os anos de 1977 e 1983. N de Mello Reis, pois é a maneira como é conhecido.

Segundo a Prefeitura de Juiz de Fora<sup>10</sup>, Mello F Juiz de Fora. Diplomado em Geografia e História pela de Fora (UFJF) no ano de 1965, foi bancário, jornalista que começou sua carreira política como vereador cur Em 1976 Mello Reis se candidatou para prefeito nas e político Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Sua c que seriam efetivamente desenvolvidas em seu mand materiais da campanha de Mello Reis para prefeito.

Figura 5 - Promessa de Centros C



**Centros Comunitários: o compromisso de Mello Reis**

No minucioso levantamento que mandou fazer dos bairros em Juiz de Fora, Mello Reis apurou que o Homem tem sido esquecido em suas necessidades primordiais. Não há atividades de lazer, não se cogitou de centros civicos, não se estimulou a música, a dança, o teatro. Não se despertou vocações. Não se incentivou os talentos. Não se desenvolveu a convivência de grupo. Não se deu oportunidade ao debate. Os problemas não foram discutidos por todos os interessados. Não se possibilitou o surgimento de sadias lideranças. É fácil entender porque nada disso aconteceu. Os bairros, simplesmente, não contam com um local de reuniões, de comemorações e lazer.

A partir dessa constatação, Mello Reis e sua equipe técnica

chegaram a uma conclusão e instalação de centros comunitários eliminando o problema permanente ansiedade. Será uma oportunidade localizada no município de Juiz de Fora, dispondo de um espaço para o uso de todos como consultório médico e dentário. Toda essa atividade em um auditório para análise e debate da comunidade. Apresentação de conjuntos culturais, conferências, realização de cursos de cultura, economia, culinária e orientações. Uma oportunidade para o Homem cultivar seus valores sociais.



Fonte: Jornal de Juiz de Fora, 1976.

De acordo com o Plano de Governo (1977) a administração planejada a fim de dinamizar o desenvolvimento

Mello Reis foi um prefeito biônico<sup>11</sup>, seu mandato permaneceu até o ano de 1981. Porém nesta época o Brasil vivia sob a ditadura militar<sup>12</sup>, sendo assim no ano de 1981 Mello Reis teve mais dois anos de mandato, tendo esse finalizado em 1983.

Segundo a revista Juiz de Fora em Voga, a revista não foi prevista e anunciada, mas contrariando as expectativas acabou concorrendo. De acordo com Zaghetto (2016), o prefeito Mello Reis no novo século e muito de sua da configuração atual que se tornou. Em uma entrevista concedida ao projeto "Diálogos abertos" Mello Reis relata que a que sua melhor iniciativa e orgulho foi a criação do Instituto de Planejamento – IPPLAN.

O desempenho da Administração Mello Reis e o comprometimento dos colaboradores da administração e o reconhecimento em entrevista à revista Juiz de Fora em maio de 1983 foram notáveis os resultados do trabalho desenvolvido com a população, principalmente com o fortalecimento da Associação de Municípios do Vale do Paraibuna – AMPAR, que tinha na prefeitura sua mantenedora.

Após deixar a prefeitura, Mello Reis assumiu o cargo de deputado em 1986 foi eleito deputado federal Constituinte por Minas Gerais na Subcomissão dos Municípios e Regiões, da Comissão de Constituição e Justiça e foi suplente da Subcomissão de Ciência e Tecnologia.

### 3.2 UM BREVE HISTÓRICO DO IPPLAN

Pressionada pela necessidade de desenvolvimento da topografia de seu território, Juiz de Fora já apresentava crescimento desordenado. Segundo Machado (2024), na década de 60 e início da década de 70, tinha um comportamento urbano. Era “uma capital regional”, mas uma capital da pobreza com maior de infraestrutura e serviços urbanos, a questão do tráfego, dava mostras de saturação em suas principais áreas comuns provenientes da urbanização de Juiz de Fora.

Segundo Menezes (2003), Juiz de Fora recebeu o Programa CPM para operar sobre 3 metas: investimento em infraestrutura, geração de emprego e renda e melhoria da administração. Segundo Machado (2024) quando o Programa CPM vai investir em Juiz de Fora, o requisito é que tenha um órgão para fazer a gestão do programa, que a cidade pudesse expandir e atender às demandas da população. Mello Reis criou em 27 de dezembro de 1977 através do Decreto nº 1.000 o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Juiz de Fora IPPLAN, sob a direção de Roberto Reis Saleh<sup>13</sup>.

O art 1º do decreto traz as competências do Instituto

- Elaborar,
- Supervisionar e

- 6. - Departamento de Coordenação
- 6.1 - Divisão de Programação, Cont
- (Decreto Municipal 1969, 1977, p.1)

Menezes relata que:

Coube ao IPPLAN coordenar junto à Prefeitura Municipal uma unidade autônoma dentro da Secretaria de Fomento e Atividades Econômicas. Principalmente deve-se destacar a interação entre a UA e a administração municipal durante a avaliação externa do projeto e sua implementação na cidade de Florianópolis, pois eram etapas adiantadas nas ações. As diretrizes para o financiamento de projetos de meio e longo prazo do Terceiro Mundo propunham especificamente o combate à pobreza urbana (MENEZES, 2003,

Como dito, o primeiro diretor foi o arquiteto João de Deus. O órgão durante sua existência contou com outros diretores em gestão, assumiram papéis importantes na política municipal. Para uma melhor compreensão o Quadro 3 traz uma cronologia dos diretores municipais.

Quadro 3 - Cronologia Diretores do IPPLAN

Ano	Nome	Formação
1977	José Roberto Reis Saleh <sup>15</sup>	Arquiteto
1981	José Márcio Paschoalino S. Lima	Engenheiro

<b>1988</b>	Antônio Carlos Duarte <sup>18</sup>	Arquiteto
<b>1990</b>	Carlos Henrique Policeni	Engenheiro
<b>1993</b>	Marcos Kopschitz Xavier Bastos	Engenheiro
<b>1995</b>	Luiz Ernesto Bernardino Alves Filho	Engenheiro
<b>1997</b>	Jean Kamil	Arquiteto

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Para cumprir suas atividades de pesquisa e formado por uma equipe multidisciplinar que possui geógrafos, economistas, sociólogos, administradores e grande prestígio na cidade e região (Bastos, 2024).

Além dos vários projetos e reestruturação de J participou da elaboração de leis e planos de uso e o disso é em 1982, na ausência de uma legislação de o pois a última com essa função era o Código de Obras Sistema Municipal de Áreas Verdes. Esse sistema, que no capítulo 4, foi inovador e de grande contribuição, Fora áreas vulneráveis aos efeitos da degradação ar

que o IPPLAN se tornou um grande obstáculo aos e  
uma de suas atribuições era promover uma política  
estrutura urbana.

Em 8 de maio de 2001, o IPPLAN é extinto pela  
10.000<sup>19</sup>, suas funções são transmitidas para três no  
criados por esta mesma lei. A maior parte é designada  
Gestão Estratégica - DPGE<sup>20</sup>, criada juntamente com  
Segundo Tasca (2010) antes da Reforma Administra  
desmontado na gestão de 1997 do Prefeito Tarcísio  
locados em outras secretarias ou departamentos.

Serão listados, ainda nesta secção, alguns do  
anos de 1977 e 1983. A apresentação desses projetos  
por meio de fichas catalográficas. Porém é necessário  
fazer uma listagem completa desses projetos. A ma  
Arquivo Municipal da cidade de Juiz de Fora, muitos a

### 3.3 PROJETOS DO IPPLAN/JF

Este item propõe apresentar alguns projetos d  
entre os anos de 1977 e 1983. As fichas catalográficas  
de criação, quantidade de material, local que está arqu  
As fichas foram apresentadas em ordem cronológica. É  
apresentado é embasado no que consta no projeto e

administrativa oeste da cidade de Juiz de Fora - MG também recebe o nome de Cidade Alta).

Segundo Geraldo (2011), a origem desta região remonta ao D. Pedro II, que fornecia mão-de-obra imigrante para a construção da Estrada de Ferro Leopoldina & Indústria<sup>23</sup>. Mariano Procópio<sup>24</sup> promoveu a vinda de imigrantes para a obra da estrada.

O Plano Diretor Cidade Alta tinha como principal objetivo, segundo o IPPLAN (1978b), estruturar o desenvolvimento da região com baixa ocupação populacional. O projeto continha diretrizes para a preservação, a construção de parques recreativos e a melhoria da Fazenda Santa Cândida, vias de acesso e instalação de equipamentos de administração pública. Previa também que a disponibilidade de recursos facilitasse a instalação de projetos públicos voltados para a melhoria habitacional da população de menor poder aquisitivo.

O plano não foi realizado, porém, segundo Mariano Procópio, projetos que foram realizados para embasá-lo foram utilizados em outros projetos e implementados na cidade posteriormente.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

**Projeto:** Departamento Municipal de Limpeza Urbana

**Ano:** 1978

Municipais. Segundo Bastos (2024) esse órgão em  
deficiências. Para conter esses problemas, sob super  
DEMLURB - Departamento Municipal de Limpeza U  
1978. Trata-se de entidade autárquica, dotada  
patrimônio próprio, com autonomia técnica e financeir  
Indireta do Município.

Sendo assim o órgão ficou responsável pel  
manutenção e zeladoria de Juiz de Fora e tem as seg

- Promover a coleta, transport
  - Tratar e transformar o lixo  
produtos e subprodutos daí conco
  - Varrer, limpar e conservar o  
a fiscalização de posturas referent
- (IPPLAN, 1978a, p.08)

Segundo análise do IPPLAN (1978b) era proc  
toneladas de lixo por dia e para suprir essa demanda

- 7 caminhões compactadores
- 2 caminhões pipa
- 1 caminhão poliguindaste (c
- 3 caminhões carroceria de m
- 2 caminhonetes

214, essa nova rodovia contornaria a cidade a uma  
km de seu centro de gravidade, o que implicaria na c  
a solução desse problema, o IPPLAN (1979a) con  
como: Os acessos norte e sul continuariam sendo fei  
respectivamente, dos acessos à Barreira do Triunfo,

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

**Projeto:** Plano Geral de Transportes

**Ano:** 1979

**Material:** 4 volumes: Análise, Plano de Ação Imediata  
PAITT-, Plano de Racionalização de Transporte C  
Transporte de Médio e Longo Prazo – PTMLP

**Repositório:** Arquivo Histórico Municipal de Juiz de F

Em 1979 foi elaborado e implementado o Plan  
para a cidade de Juiz de Fora que resultou em i  
significativas, não apenas para o Sistema de Transp  
mas também, no Sistema Viário e Sistema de Circula

Segundo o IPPLAN, com recursos provenientes  
foi composto de três etapas interrelacionadas:

I) Plano de Ação Imediata de Tr  
Plano de Racionalização de Tran  
Plano de Transporte de Médio e L  
1979b, p.24).

no seu projeto, IPPLAN, a criação de uma área de embarque e desembarque.

II. O PRTC implementou o sistema de transporte coletivo na padronização dos veículos coletivos urbanos. Cada área selecionada segundo o IPPLAN, a finalidade era atender com a área da cidade que seria até então designadas para atender a 6 áreas selecionadas com a proximidade geográfica.

III. PTMLP era mais amplo e objetivava o transporte coletivo ao incremento da importância de conscientizar a população para o coletivo ao invés do particular. (IPPLAN, 1981)

Esse projeto mudou a configuração do trânsito e os efeitos são produzidos até os dias atuais.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

**Projeto:** Avenida Barão do Rio Branco

**Ano:** 1981

**Material:** 3 projetos: urbanização, projeto elétrico e projeto de transporte coletivo

**Repositório:** Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora

Em 1981, a Avenida Barão do Rio Branco recebeu obras de infraestrutura, desde captação de águas pluviais, subterrânea de energia elétrica, iluminação, asfaltamento com faixas exclusivas para ônibus, com sinalização horizontal.

Segundo Bastos, esse modelo foi inspirado no Sistema

tornou elemento central na execução do Plano de Ação de Transporte (PAITT) (IPPLAN, 1981b) <sup>27</sup>.

Um sistema de transporte eficiente contribui para a qualidade de vida da população e para o uso mais racional de recursos. Para melhorar desses componentes o IPPLAN otimizou o sistema de transporte, a melhoria do nível de serviços oferecidos, o aumento da segurança das condições de segurança ao estabelecer faixa exclusiva para ônibus com o IPPLAN (1979b), também foram construídos abrigos de passageiros, o que permitiu, entre outras coisas, melhorar o transporte coletivo e uma maior eficiência da circulação.

Nas figuras 6 e 7 abaixo, pode-se ver a Avenida Barão do Rio Branco em dois momentos. A figura 6 apresenta a avenida antes da implantação da faixa exclusiva para ônibus e na figura 7 em 1983.

Figura 6 - Avenida Barão do Rio Branco



Figura 7 - Avenida Barão do Rio Branco em



Fonte: <https://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2013/03/A3o%20do%20Rio%20Branco%20%28Coloridas%29>

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

**Projeto:** Mergulhão

**Ano:** 1981

**Material:** 1 volume

**Repositório:** Arquivo Histórico Municipal de Juiz de

Segundo um estudo realizado pelo IBPL AN

- menor rampa possível.  
(IPPLAN, 1981b, p.9)

Ainda segundo o IPPLAN:

[...] a concepção do projeto foi orientada pelas exigências das normas rodoviárias e geométricas do traçado (rampas, curvatura, transições, gabarito etc.) e às características do plano de circulação já elaborado, ou seja, largura e conversões, acessos etc. (IPPLAN, 1981b, p.9)

Este projeto recebeu o nome de Mergulhão, uma inovação e solução para o problema de transporte na cidade. Na Figura 8, tem-se foto da construção do Mergulhão.

Figura 8 - Construção do Mergulhão



ponte sobre o rio Paraibuna, ligando-a ao bairro Maná, com comprimento e 32 metros de largura.

A inauguração do Mergulhão, que ocorreu em 1958, chamou a atenção da imprensa como pode ser visto na Figura 9, vista do Mergulhão já construído.

Figura 9 - Inauguração do Mergulhão,



Figura 10 - Vista do Mergulhão construído



Fonte: <http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com.br>

Fonte: Elaborado pela autora, 2024

**Projeto:** Preservação do Patrimônio

**Ano:** 1982

**Material:** 2 volumes: Análise e Localização dos imóveis

**Repositório:** Arquivo Histórico Municipal de Juiz de Fora  
pessoal de Jorge Arbach

O trabalho do IPPLAN gerou insegurança no município

eletrodomésticos, indústrias, etc.  
produção, verão ainda mais am  
acumulação do capital? (RAINHO,

Arbach (2024) relata que o prefeito Mello R  
História e geografia estando atento a essa descaract  
IPPLAN um setor destinado a preservação do patri  
programa de trabalho que continha a regulamentaç  
municipal; a definição de áreas especiais e a atua  
cultural local. Dessa forma, em 1982, os arquitetos  
José Carlos Coutinho, Maria Inês Giffoni, Carlos  
(coordenador do Patrimônio Histórico e Artístico da  
(artista plástica), elaboraram o Pré-inventário Arc  
Segundo o IPPLAN (1982a) o pré-inventário cadastr  
Juiz de Fora contendo aproximadamente 550 imóveis

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

## **4 SISTEMA MUNICIPAL DE ÁREAS VERDES DE JUIZ DE FORA**

Este capítulo apresenta o projeto do Sistema Municipal de Áreas Verdes de Juiz de Fora/MG (SMAV/JF). Este projeto foi instituído pelo Decreto Municipal nº 1.234/98 e encontra-se atualmente localizado uma cópia no acervo pessoal do Professor Dr. João Carlos de Oliveira. Este projeto possui subcapítulos contendo no primeiro, fundamentação do sistema. No segundo subcapítulo são apresentados os Parques setoriais e no terceiro subcapítulo os Parques de Vizinhança (praças).

### **4.1 FUNDAMENTAÇÃO, CONCEITOS E OBJETIVO DO SISTEMA**

#### **4.1.1 Fundamentação**

O processo de urbanização de Juiz de Fora caracteriza-se pela superação das primeiras tendências de expansão urbana. As áreas anteriormente não ocupadas passaram a ter outro valor econômico. Juiz de Fora perdeu áreas importantes para o equilíbrio urbano devido às pressões do mercado imobiliário.

O IPPLAN (1982b) destaca que ao poder público cabe a ordenação do espaço físico a nível de município, fundamentada no planejamento de uso e ocupação do solo e organização territorial, para garantir que os recursos naturais disponíveis deve ser uma de s

controle do crescimento desordenado urbano. Nesse  
adiciona que:

Os processos acelerados de ind  
consequente adensamento demo  
cidades, polos do setor terciário, têm  
ocupação, que rompendo com os t  
paulatino, afetam as cidades como  
marginais no contexto urbano, care  
públicos, senão de todos. A dete  
constante, devido principalmente à  
falta de uma legislação para o uso d

#### **4.1.2 Objetivos**

Segundo o IPPLAN (1982b) as áreas verdes m  
sentido de equilíbrio em relação ao núcleo urbano e as  
com a consequente configuração de um sistema. Aqu  
verde:

o conceito de áreas verdes re  
permeáveis (sinônimo de áreas livre  
vegetal predominantemente arbóre  
árvores nos leitos das vias púb  
potenciais capazes de propiciar um  
em relação à luminosidade, ten  
associados ao bem estar humano (e  
ecológico em termos de estabilidade  
poluição e que suporte uma fau  
insetos e fauna do solo (funções ec  
elementos esteticamente marcante  
independentemente da acessibilida

objetivos secundários como por exemplo pesquisa e atividades culturais (IPPLAN, 1982b).

### **4.1.3 Metodologia do SMAV/JF**

Para definir as áreas a serem preservadas e o aproveitamento como área de recreação foram utilizadas as cartas topográficas de 1975 nas quais eram verificados espaços livres. Foram analisadas as condições de declividade e cobertura vegetal. Somente os espaços descomprometidos com a urbanização e superiores a 1.000m<sup>2</sup> com declividade menores que 10% foram destinados a recreação. Segundo Arbach (2024), de posse da documentação cartográfica de todas as áreas para verificação das condições reais verificadas.

Com as informações reunidas das áreas urbanizadas e a quantificação de dados sociais baseadas em dados censitários de Juiz de Fora realizados em cada bairro em 1980, e os padrões de atendimentos pré-estabelecidos, foi possível identificar os déficits de áreas de recreação na área urbanizada.

A partir destes dados foi proposto um sistema municipal que foi constituído de Parques de Preservação, Parques de vizinhança, sendo os dois últimos pertencentes ao lazer. No documento Sistema Municipal de Áreas Verdes

## 4.2 PARQUES DE PRESERVAÇÃO

Os critérios adotados para a definição dos Parques são os seguintes:

- a) Situação:
  - Localização relativa em função da possibilidade de expansão;
  - Estudo dos acessos existentes;
  - Estudo das características da área em termos dos equipamentos.
- b) Descrição da área:
  - Potencialidade: Flora e fauna;
  - Definição das áreas passíveis de preservação;
  - Estudo da topografia local e dos aspectos visuais e paisagísticos.
  - Atualização dos usos existentes, incluindo escavações, cultivos, etc; levando em consideração que não venham a interferir na destinação da área;
  - Análise das áreas e limites de preservação e a possibilidade topográfica para implantação de equipamentos.  
(IPPLAN, 1982b, p.42)

### 4.2.1 Fazenda do Poço D'Anta

A Fazenda do Poço D'Anta está localizada a leste da cidade de São Benedito, totalmente coberta por mata, de propriedade da Prefeitura Municipal. A maior parte da bacia do Córrego Poço D'Anta encontra-se dentro do município de São Benedito, Lourdes, Santo Antônio do Paraibuna e São João de Pombal. A conservação d'água que eram realizadas pelo Departamento de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba.

Horto Florestal Municipal José Nagem Assad que possui 12.000 m<sup>2</sup> de mudas de plantas nativas e exóticas, e que abastece as praças e espaços públicos de Juiz de Fora. Além disso, o Poço D'antas, formada por 18 nascentes<sup>31</sup> do Córrego do Poço D'anta.

Figura 11 o Horto Florestal Municipal José Nagem Assad e o Poço D'anta.

Figura 11 - Horto Florestal Municipal



Fonte:

<https://www.jfminas.com.br/portal/passeios/hortoflorestal#:~:text=riada%20em,1%25%20do%20consumo%20da%20cidade.>  
2024.

Figura 12: Represa do Poço D'anta



## 4.2.2 Fazenda Floresta

A Fazenda da Floresta é uma área particular, por força do art. 16 letra “a” do Código Florestal de 4771/65 por conter aproximadamente 20% de matas nativas do total da área. O referido artigo ainda previa a preservação de partes de terras privadas não sujeitas ao regime de utilização limitada e permanente, previstos nos artigos 2º e 3º do Código Florestal.

A Fazenda, em seu limite oeste, faz divisa com a Fazenda do Poço D’Anta, no limite sul faz divisa com uma área de mata de aproximadamente 400 hectares, contígua com o Município de Poço D’Anta e circundada de áreas de pastagem.

Aplica-se a Fazenda da Floresta, o que dispõe o art. 4771/65, segundo o qual: “as florestas de propriedade particular, com outras, sujeitas a regime especial, ficam submetidas ao regime de preservação permanente desde que vigorarem para estas” (Código Florestal 4771, 1965, p. 16).

Como já mencionado a Fazenda da Floresta faz divisa com a Estação Biológica do Poço d’anta e em 1988 havia um projeto de instalação de uma linha de alta tensão pertencentes à Companhia Energética de Minas Gerais no limítrofe entre essas duas áreas. Para impedir a instalação da linha, segundo a jornalista Claudia Miranda do Jornal Tribuna de Minas, a Fazenda da Floresta foi adquirida em 1988 por uma empresa de nomeação desconhecida, com o objetivo de preservar a área.

conseguiu impedir a instalação das linhas. Atualmente pesquisa e guarda florestal.

### **4.2.3 Fazenda Santa Cândida**

Está localizada a oeste da área central, próxima a aproximadamente 2.204.500m<sup>2</sup>, dos quais 1.343.850m<sup>2</sup>

Segundo o IPPLAN (1982b), a Fazenda Santa Cândida é propriedade do município, com disponibilidade de imensas áreas para recreação e lazer. O seu aproveitamento seria feito de

#### **I. Preservação da Mata e Manancial**

Deverá ser declarada, por ato do Poder Executivo, a reserva biológica toda área coberta pela mata nativa, situada ao divisor de água do Córrego Milho Branco.

#### **II. Aproveitamento da área descampada**

Com uma área de aproximadamente 1.343.850m<sup>2</sup>, principalmente às atividades desportivas e recreativas.

#### **III. A definição do uso desta área será dada pelo Poder Executivo, deverá dar-lhes as características de uso que virá suprir as deficiências da Cidade de Belo Horizonte (IPPLAN, 1982b, p.16)**

A instalação de equipamentos nas áreas destinadas à recreação não foi realizada. Em 03 de junho de 1983

nordeste, sendo assim um dos mais importantes fatores de sua localização urbana. Outro fator importante de sua localização é a área contornada por propriedades particulares e áreas pertencentes a particulares. Esses aspectos, conforme afirmam os autores Rabelo e outros, tornam a área uma região rica em contrastes urbanos.

De acordo com o IPPLAN (1982b) a mata representa uma área de preservação ambiental (formada por 3 áreas: fazendas Retiro Novo, Retiro Velho e Retiro Pequeno) com aproximadamente 3.690.000m<sup>2</sup>. Possui na sua composição elementos típicos da mata tropical de valor comercial, como o jacarandá, jatobá entre outros.

Figura 13 - Vista aérea Mata do Krambeck de



Fonte: Imagem do Google Earth – Mata do Krambeck. Órgão

incentivar os proprietários da mata é a isenção do imposto de IPTU autorizada pelo governo federal, conforme o que dispõe o Código Florestal que propunha:

Art. 38 – As florestas plantadas ou recuperadas não estão sujeitas a qualquer tributação e não podem sofrer aumento do valor das terras em que se encontram.

Art. 39 – Ficam isentas do imposto de IPTU as florestas sob regime de preservação ambiental, as plantadas para fins de exploração econômica e as recuperadas (Lei nº 4.753/1965, p.125)

Com base nos artigos citados, o IPPLAN (1982b) reconheceu a Prefeitura de Juiz de Fora e o Instituto Estadual de Florestas como “Utilidade Pública” a isentando do imposto territorial. Em agosto de 1992 sob a Lei Estadual nº 10.943/92 que criou a Área Ambiental (APA) Mata do Krambeck, que segundo o plano possuía originalmente uma área de 374,1 ha, constituída pelas Fazendas Retiro Velho e Malícia. A Lei Estadual 11336/93 reconheceu, entanto, a fazenda Malícia, restando como APA uma área de 374,1 ha.

Em março de 2010, o então reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Henrique Duque, assinou uma escritura que reconheceu a propriedade relativa à área da Fazenda Malícia. Nesse mesmo ano o Jardim Botânico, pertencente a UJF/UFJF, possui importante

Quando se pensa na utilização de paisagens público em geral, não se tendo informações sobre o necessário tomar-se algumas precauções para as edificações, cuja degeneração possui carácter irreversível, avaliar ou tentar avaliar a expectativa que os indivíduos que o Poder Público poderá oferecer e tentar dimensionar as variedades dos equipamentos. De acordo com o IPPLAN a distribuição espacial das áreas às quais serão destinadas que haja equilíbrio na malha urbana, implantando-as na forma descentralizada evitando-se um deslocamento excessivo.

Segundo o IPPLAN (1982b) a área disponível para recreação era de aproximadamente 1.753.300 m<sup>2</sup>, por habitante. Sendo instável a proporcionalidade que há entre habitantes, o IPPLAN (1982b) formulou critérios para a propriedade do Poder Público e de propriedade privada.

- a) Situação:
  - Localização relativa em função da expansão;
  - estudo dos acessos existentes;
  - estudo das características das áreas em termos dos equipamentos.

ambiental. O Prefeito Mello Reis, segundo Zaghetto (1982), o avanço da Vila da Prata sobre o que restava do antigo povoado. Inicialmente o local foi isolado para evitar nova ocupação. O levantamento da área era de 134 barracos e cerca de 500 habitantes. A relocação desses moradores para bairros como a Vila da Prata e Santo Antônio. Dessa forma, de acordo com o plano diretor de 1982 sob o decreto 2733:

passa a denominar-se "Parque Municipal do Município, conhecida como "Fazenda da Lajinha anexa, havida por desapropriação em diferentes lados, com a Avenida da Guadalajara, Associação Atlética Brasileira de Agricultura - IBDF, e Loteamento (1982b, p.13)

A mata do Parque da Lajinha possuía, segundo o plano diretor de 1982, uma área de 1.400.000m<sup>2</sup>. Por sua posição, condição de solo e recursos hídricos, a área tinha condições de ser aproveitada para a agricultura. De acordo com o IPPLAN (1982b), o Parque da Lajinha é localizado nas zonas sul, sudoeste e o centro da cidade.

As propostas para utilização do parque tinham como objetivo a preservação dos elementos básicos que compõe a área de floresta.

Figura 14 - Desenho Parque da



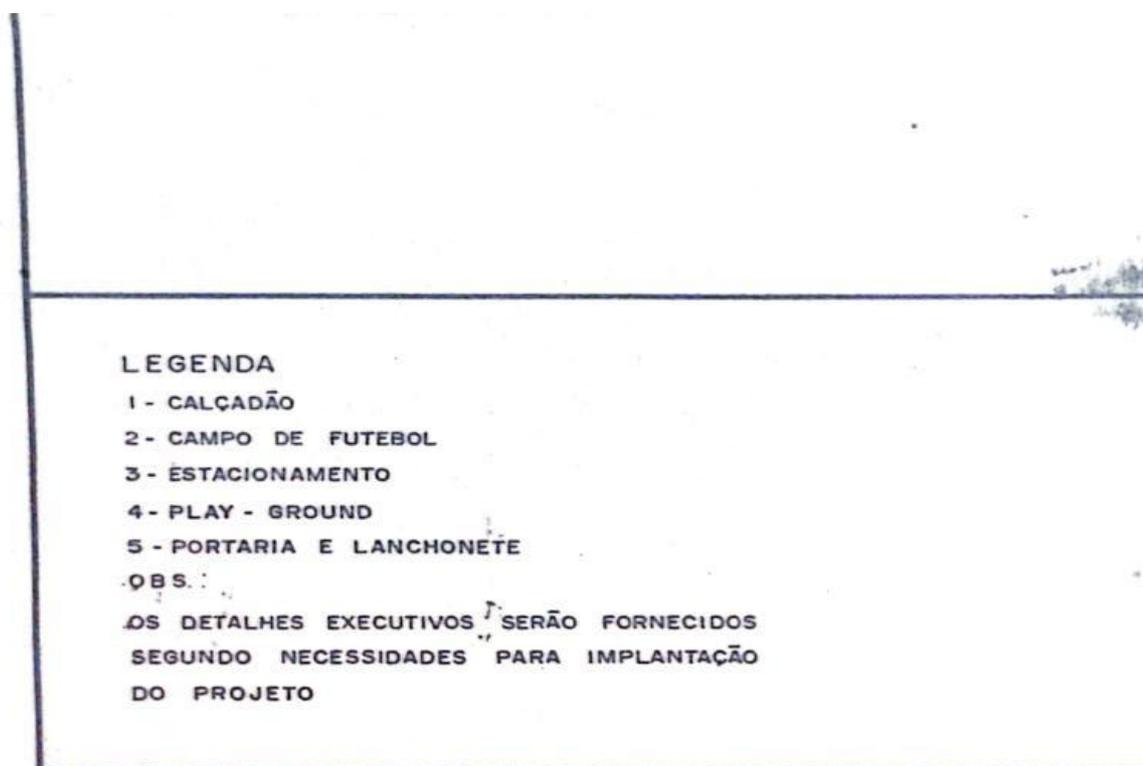
Fonte: Jorge Arbach, 1982.

Figura 15 - Projeto Parque da L



Como não foi possível visualizar a legenda abaixo na figura 16 a fim de mostrar os componentes

Figura 16 - Legenda do Projeto Parque



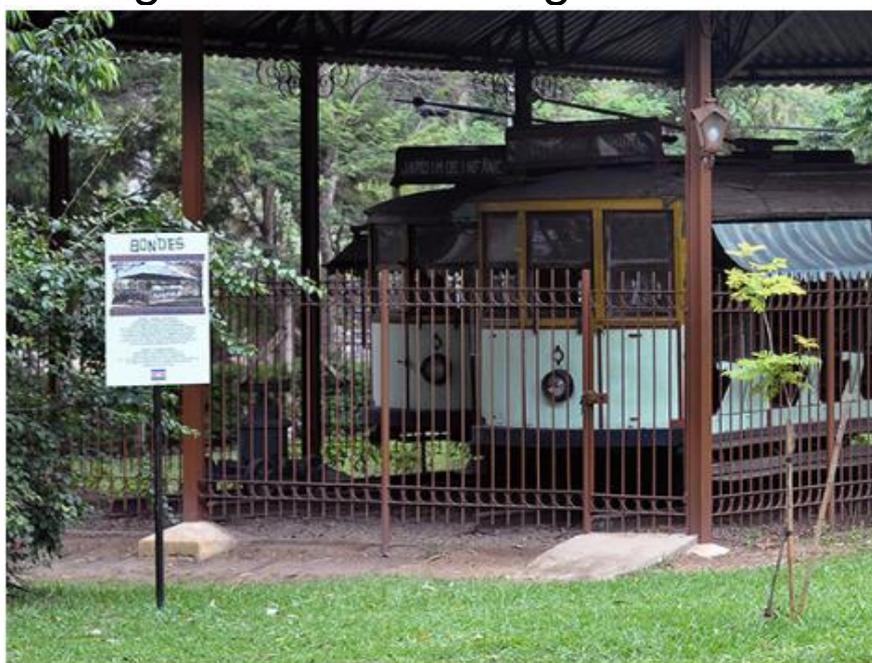
Fonte: Jorge Arbach, 1982.

De acordo com o IPLLAN (1982b) havia no p  
instalar no local piscinas de água corrente, horto, poma  
de estudos científicos da flora e fauna etc. Esse projet

Atualmente o parque ambiental possui 880 m  
nativa, duas cachoeiras, trilhas, lago, jardins, que  
pequeno porte, peixes e répteis. Abaixo, na Figura 17

O Parque da Lajinha ficou também com a incumbência de preservar os bondes históricos que foram tombados pela municipalidade em 3 de junho de 2004, com o número de inventário 3.966, assim como é mostrado na Figura 18.

Figura 18 - Bondes guardados no



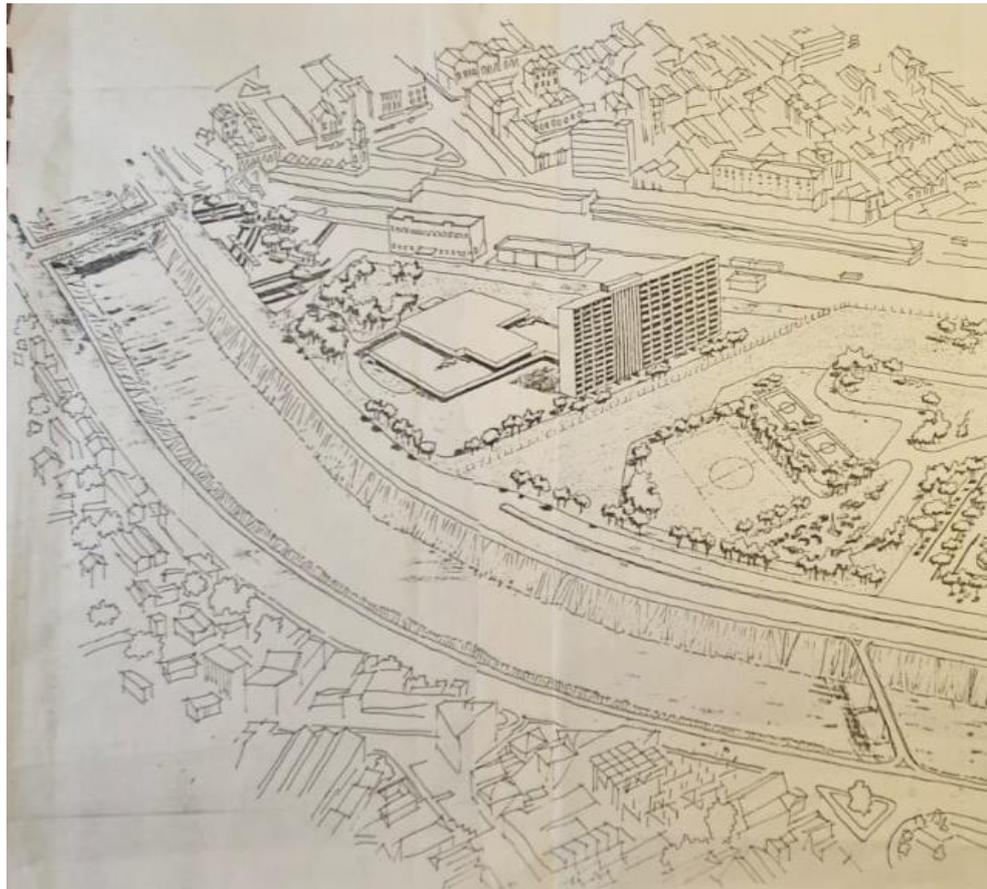
Fonte: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=1>  
em 12 de ago. 2024

Sob o decreto municipal nº 11.266 /12 passou a ser o Parque Municipal da Lajinha, sendo reconhecido como Área de Proteção Ambiental de Natureza em nível municipal, em conformidade com o Decreto Municipal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (PREFEITURA, 2004)

Mesmo com o início do projeto sendo conturbado por moradores que ocupavam aquela área irregularmente

de botão) além de possibilitar o desempenho de projeção  
Projeto Tear.

Figura 19 – Projeto Parque Várzea



Fonte: Jorge Arbach, 1982

O Parque Urbano da Várzea da Leopoldina a  
central, porém de acordo com Arbach (2024) o projeto  
Municipal de Juiz de Fora, sendo vetada sob gestão d  
1983.

### **4.3.3 Parque Urbano do Morro do Cristo**

legal de uso e ocupação do solo tem-se a intenção de preservar os elementos paisagísticos e o incentivo do uso de equipamentos.

A maior parte dos terrenos que fazem parte do projeto são de propriedade privada, tornando-se difícil a realização. Os estudos realizados pelo IPPLAN (1982b) previam parques de diversão e teatro. Ainda segundo o IPPLAN a área final seria de 42.000m<sup>2</sup>.

O projeto não foi realizado, atualmente há na área (vide Figura 19), 2 *playgrounds*, o monumento do Cristo, a sede da TV industrial (abandonada), estacionamento e por uma extensa flora e proporciona a prática de esportes. O ciclismo, o montanhismo e a caminhada são praticados frequentemente.

Em 24 de maio de 1990 o mirante foi tombado e em agosto de 1993 teve alteração pelo decreto 4355. As atividades relacionadas a vizinhança da área tombada devem ser aprovadas pela Secretaria de Administração Municipal. (PREFEITURA)

Figura 19 - Mirante Salles de O



Figura 20 - Monumento do Cristo



Fonte: <https://www.jfminas.com.br/portal/galeria-de-fotos/5-imperador/categorycristo>. Acesso em: 03 de out. de 2024.

#### **4.3.4 Parque Halfeld**

O Parque Halfeld institui, desde a sua criação, de Juiz de Fora. Está localizado entre as suas primeiras ruas, Deodoro e Av. Barão do Rio Branco. Segundo Cruz (2010), este espaço de lazer possuindo, em meio a construções urbanas,

Em 1880, de acordo com Passaglia (1983), a

O Parque Halfeld passou por reformas durante em 1981, quando a área teve diversas árvores retiradas e foi substituído por novos passeios de pedra portuguesa. Os elementos que estavam presentes no projeto de 1901 são a ponte e o

Vale ressaltar que o Parque Halfeld entrou para o tombamento por possuir, de acordo com o do IPPLAN (1982b), uma área de aproveitamento de 14.740 m<sup>2</sup>.

Devido à sua importância o IPPLAN (1982b) recomendou ao SMAV/JF o tombamento de sua área, porém isso só aconteceu em de 1989, através do decreto 4224.

Figura 21 - Trecho do parque e



reflorestada com espécies nativas, exóticas e frutífera  
rica área verde que pode ser observado na figura 23.

Figura 22 - Detalhe para vegetação



Fonte: <https://www.mariadoresguardo.com.br/2010/01/museu-ramon.html>. Acesso: 03 out. 2024

Figura 23 - Vista parcial do Parque Museu Mar



- Área com acesso para pedes
  - área com acesso para bicicle
  - terreno plano;
  - bancos à sombra;
  - facilidades esportivas;
  - vegetação<sup>35</sup>;
  - estar entre bairros;
  - playground com parte em are
- (IPPLAN, 1982b, p.22)

De acordo com Guimarães (2006), a recreação em áreas para instalação de equipamentos e serviços, o aproveitamento dos espaços destinados a funcionarem de equipamentos de lazer, haverá uma distribuição da recreação.

O IPPLAN (1982b) em uma pesquisa sobre as áreas de Fora no ano de 1980, observou que 54% delas eram destinadas à conservação. A mesma pesquisa apurou que 20% das áreas eram destinadas à recreação e lazer (ativo e contemplativo). Desta forma, se os 80% restantes fossem dotadas de equipamentos, formaríamos uma rede de pequenas áreas que embora não atenderiam a demanda por lazer em seu entorno. O CIPPLAN, por áreas de Parque de Vizinhança no ano de 1980

Santos Anjos	3.543
Manoel Honório	2.923
Bairú	6.764
Marumbi e Progresso	4.620
Santa Terezinha	8.128
Eldorado	6.625
São Mateus	20.757
Grambery	6.573
Jardim Glória	7.263
Fábrica	6.244
Esplanada	2.225
Monte Castelo	6.673
Industrial	2.710
J. Clube e Barb. Lage	7.255
Santo Antônio	2.796
N. S. Lourdes	8.802
Gramma	7.595

Fonte: IPPLAN, 1982b.

A pesquisa de demanda de áreas de recreação censitários, proporcionando população residente em áreas acima (IPPLAN, 1982b).

A praça por sua dimensão, pela sua capacidade sua localização não oferece condições para atender a multiplicidade de ambientes de contemplação. As necessidades mais imediatas das populações locais objetivava criar mais Parques de Vizinhas (praças) etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção serão apresentadas as considerações finais, fruto do resultado de análises sobre a importância que a criação do Instituto Municipal de Áreas Verdes teve no planejamento urbano da cidade.

A pesquisa foi desenvolvida relacionando os projetos do Instituto com o órgão com o contexto histórico e político de Juiz de Fora, para realizar uma trajetória do instituto e poder observar a evolução do município.

A inclusão, Juiz de Fora, no Programa Cidade de Qualidade do Banco Interamericano - BIRD e gerenciado pelo governo brasileiro através do Conselho Nacional de Política Urbana – CNPU, no final da década de 1970, foi o principal impulsionador do crescimento da cidade. Transformar Juiz de Fora em Polo Médio requeria um planejamento e com os investimentos do BIRD, Francisco Antônio Mello Reis (Mello Reis) criou o Instituto Municipal de Juiz de Fora (IPPLAN).

A história do IPPLAN está vinculada ao contexto político, pois nas campanhas eleitorais anunciava a criação do instituto. Foi formada uma equipe multidisciplinar contendo arquitetos, economistas, engenheiros, historiadores, sociólogos etc. Foi o primeiro órgão municipal com a incumbência de planejar, atualizar planos e projetos e supervisionar a execução dos mesmos.

de Obras de 1938. Havia também a Lei 5120 de 1976  
áreas florestais, deixando demais questões despro  
forma, o IPPLAN<sup>36</sup> elaborou o Sistema Municipal de  
um dos seus objetivos, um plano de uso e ocupação do  
a obstáculos políticos e econômicos o plano não foi to  
pesquisas e conhecimentos que serviram de base par

Com sua extinção, as ações e políticas urban  
Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SP  
ausência de um órgão específico de planejamento urb

Essa pesquisa não teve a pretensão de esgot  
importância de um órgão formado por uma equipe téc  
impactar no desenvolvimento da cidade e na qualidade

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fabiana Pinto. **Narrativas Preservacionistas e a** defesa do patrimônio histórico de Juiz de Fora através da memória na década de 1980. Dissertação (mestrado). Instituto de História, Faculdade de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

AZEVEDO, Ângela Regina dos Santos. **Política Urbana e Planejamento** técnicas e métodos: o Projeto Especial CPM/BIRD. Belo Horizonte, 1986.

BAESSO, Daniel Cesário; TEÓFILO, Sandro; SILVA, Mariana. **Juiz de Fora e a Reestruturação do Centro Urbano**. Anais do Encontro Nacional dos Geógrafos, Porto Alegre, 2010.

BASTOS, Suzana Quinet de Andrade. **Disritmia Espacial e** estratégias de desenvolvimento adotadas em Juiz de Fora e Belo Horizonte de Janeiro: IPPUR/URFJ, 2000.

BARROS, João Carlos. **Juiz de Fora**: Edição de Aniversário. Juiz de Fora, maio 1995.

“BIRD cria novas expectativas na cidade” (n.3). **Diário de Notícias**, 1979a, p.5.

“BIRD confirma execução de 11 projetos na cidade” (n.4). **Diário de Notícias**, 1979b, p.5.

BRASIL. Anos 60 e anos 70 bipartidarismo e biônicos. **Notícias**. Brasília, 2024. Disponível em <https://www.cam.gov.br/anos-60-e-70-ditadura-bipartidarismo-e-bionicos/> Acesso em 10/05/2024.

[paraibuna#:text=O%20aproveitamento%20do%20Rio%20Branco%20artificial%20seria%20de,formosa%20desenvolvimento%20agr%C3%ADcola](#). Acesso:

CORRÊA, Maurício. Avenida Barão do Rio Branco. In: *Resgatando o Passado de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <https://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/search?q=avenida%20do%20Rio%20Branco%20%28Coloridas%20de%20Juiz%20de%20Fora%29>

\_\_\_\_\_. Mergulhão. In: **Resgatando o Passado de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <https://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/search?q=mergulhao%20em%20juiz%20de%20fora%20mg%20%28Coloridas%20de%20Juiz%20de%20Fora%29>

\_\_\_\_\_. Parque Halfeld. In: **Resgatando o Passado de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <https://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/search?q=parque%20halfeld%20em%20juiz%20de%20fora%20mg%20%28Coloridas%20de%20Juiz%20de%20Fora%29>

COSTA, N. do R. **Política pública, ambiente e qualidade de vida em Juiz de Fora**. Planasa. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 1-10, 1991.

CRUZ, Lucas Abranches. **Áreas verdes, qualidade ambiental e desenvolvimento urbano**: Estudo de Caso em Juiz de Fora/MG. 2013. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

ESCAVADOR. **José Roberto Reis Saleh**. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/2021402/jose-roberto-reis-saleh>



MENEZES, Maria Lucia Pires. **O Espaço Urbano do Regional Contemporânea**. Projeto: FAPEMIG, 2003.

MINAS GERAIS. **Instituto Estadual De Florestas**  
<http://www.ief.mg.gov.br> . Acesso em 03 out. 2024

MINTER. **Desenvolvimento Urbano Planejado**. Interior  
1974

MIRANDA, C. (1988). Cemig quer instalar redes em a  
Juiz de Fora, V14 (7), 1 – 6, jul. 1988.

NUNES, Orlando Vinicius Rangel. **O Programa**  
planejamento e política regionais no brasil (1976-1986)  
- Curso de Arquitetura e Urbanismo, Programa Pós  
Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Br

OLIVEIRA, M. M. **Plano estratégico e diretor de Juiz**  
Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006

PÁDUA, S.M. **Educação ambiental: caminhos trilh**  
1997.283p.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte de e**  
Ricardo. São Paulo: Letras e voz, 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Decreto**  
**de 1938**. Institui o código de obras. Eng. José Márcio L  
Mineira S/A, 1938

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei nº 1969, de 29 de dezembro d**

\_\_\_\_\_. **Lei do parcelamento do solo.** Código de edição do solo. Juiz de Fora: IPPLAN, 1986

\_\_\_\_\_. **Lista de Prefeitos.** Disponível em: <https://pjf.> Acesso em: 28 ago. 2024.

\_\_\_\_\_. **Plano Estratégico da Cidade de Juiz de Fora** Consórcio Mantenedor, Juiz de Fora, 2000.

\_\_\_\_\_. **Plano de Governo.** 1977. Disponível em: [br/backup-secretaria-de-governo/portalfederativo/guia-importantes/plano-de-governo](https://www.camara.leg.br/backup-secretaria-de-governo/portalfederativo/guia-importantes/plano-de-governo). Acesso em: 08 set. 2024.

\_\_\_\_\_. **Prefeitos Biônicos.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/21997-anos-60-e-70-bionicos/>. Acesso em: 12 set. 2024.

\_\_\_\_\_. **Processo administrativo 3968/79,** convênio BIRD, vol.1-36.

RABELO, Maryá; MAGALHÃES, Bianca. Presença da Conservação da Mata do Krambeck. **Revista Geográfica** n47E, 211.

RAMOS, Fabíola. **Desenvolvimento Regional:** os impactos em Juiz de Fora. 2008. Trabalho de conclusão de curso de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional do Rio de Janeiro 2008. 32 f.

RAINHO, Luiz Flávio. **Urbanização e industrialização** preliminares para a elaboração de um projeto de estudo

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: E

SCHMIDT, Benício Viero. O Estado e a Política Urbana. Universidade. 1983

SERFHAU. **Considerações sobre necessidade e o**  
**Nacional de Desenvolvimento urbano e Local**. Bras

SOARES, R. P. Dívida pública externa: empré  
**Planejamento e políticas públicas**, n. 21, p. 103-164

SOUZA, Laís **Juiz de Fora** C  
<https://juizdeforaonline.wordpress.com/2012/05/19/br-solucao-ou-um-problema/> acessado em 12 de agosto

SPÓSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em tra**  
Popular, 2007.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. **Cidades médias:**  
**público privado**. In: ANDRADE, T. A.; SERRA,  
brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 35–77.

TASCA, Luciane; **As contradições e complementa**  
**Juiz de Fora: dos planos aos projetos de interver**  
Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Dinâmicas Urbano-Regionais Cor**  
as novas relações com sua Região de Influência. 2019

\_\_\_\_\_. **Grandes Projetos Urbanos e a**  
Implantação de um Shopping em Juiz de Fora  
Gerenciamento De Cidades, v. 8, p. 91-105, 2020.

\_\_\_\_\_ . Depoimento concedido em 03 de sete

BASTOS, Ricardo. Depoimento concedido em 30 de n

COUTINHO, Lúcia. Depoimento concedido em 03 de j

MACHADO, Pedro. Depoimento concedido em 14 de

QUEIROZ, Murilo. Depoimento concedido em 03 de ju

KIGMAN, Paulo. Depoimentos concedido em 02 de m

## **APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista**

**Nome:**

**Formação:**

- 1) Como foi sua contatação pelo IPPLAN?
- 2) A quem você era subordinado?
- 3) Como era Juiz de Fora na época?
- 4) Qual era o grande problema da cidade na época?
- 5) Como era a interlocução da administração municipal?
- 6) Quais eram as fontes de investimento que a cidade tinha?
- 7) Como o IPPLAN era organizado internamente?
- 8) Quais os critérios que o IPPLAN usava para escolher projetos?
- 9) Como era organizado cada projeto?
- 10) Havia contratação de funcionários externos?
- 11) Quais as regiões de enfoque do IPPLAN?
- 12) Quais eram os modelos de planejamento e o intercâmbio de informações com os demais institutos?
- 13) Quais os projetos, na sua opinião, foram mais importantes?
- 14) Como a população recebia os projetos do IPPLAN?
- 15) Qual era a opinião geral da população sobre o IPPLAN?

## **APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre**

Você está sendo convidado a participar como parte da trajetória do IPPLAN, conduzida por Ariele Aparecida

A pesquisa tem o objetivo de coletar dados sobre o funcionamento do órgão.

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode recusar-se a participar e retirar seu consentimento. Essa entrevista será realizada \_\_\_\_\_ (remoto ou presencial), sendo a entrevista \_\_\_\_\_ transcrita.

Caso você concorde em participar, assine ao final deste termo em duas vias, sendo uma delas sua e a outra do pesquisador.

Declaro que concordo em participar da entrevista.

Juiz de Fora, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

---

**Nome do participante:**